

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
ESTUDOS PRELIMINARES DE CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROAD:1891/2022

 ANDERSON
BASTOS
28/03/2022 09:47

 ARTHUR
FERNANDO
DELLAGUSTINA
LAGO
28/03/2022 10:22

 ALEX
WAGNER
ZOLET
28/03/2022 10:51

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Objeto

Aquisição de certificados digitais em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para as seguintes finalidades:

- 1 Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A1 para uso no sistema eSocial e também no módulo do Processo Judicial eletrônico (PJe) denominado JTe.
- 1 Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A3 (token) para uso nos sistemas e-CAC (envio DIRF) e EFD-Reinf (sistema da Caixa Econômica Federal - CEF);
- 1 Certificado internacional multidomínios do tipo WildCard para uso no portal do Tribunal, na Internet.
- 1 Certificado TLS/SSL A1, tipo ICP-Brasil, para possibilitar a conexão entre o PJe e o sistema sisconDJ¹ do Banco do Brasil

1.2 Justificativa

Certificados digitais são arquivos de computador que possuem um conjunto de informações referentes à entidade ou pessoa natural para a qual o certificado foi emitido, mais a chave pública referente à chave privada que serve para criptografar canais de conexão ou assinar arquivos e documentos eletrônicos.

Explicado o conceito, destaca-se que usar certificado digital TLS/SSL nos

¹ Sistema de controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil que, quando integrado, permite controle e geração de guias via PJe.



portais da Internet é fundamental para garantir a segurança dos usuários internos e externos do Tribunal, já que por meio dessa tecnologia garante-se aos visitantes que realmente estão acessando o site "original", e não uma cópia operada por fraudadores.

Neste sentido, sistemas como o PJe nem funcionam sem certificados instalados nos equipamentos servidores.

Além disso, os certificados do tipo ssl podem servir para estabelecer uma conexão segura entre duas instituições, como é o caso da exigência feita pelo Banco do Brasil, que só permite integração do sistema de depósitos recursais sisconDJ com o PJe se o Tribunal utilizar certificado válido compatível com o seu sistema.

Outra função dos certificados digitais é assegurar a identidade de uma pessoa ou instituição. Para tanto, no Brasil existe o e-CNPJ, que permite que uma máquina (certificado do tipo A1) ou pessoa (certificado do tipo A3) assine em nome da instituição.

No caso do Tribunal, o sistema JTe que utiliza o e-CNPJ para assinar os documentos do PJe por meio de dispositivos móveis de magistrados e servidores, eliminando a necessidade de token, como também é obrigatório token e-CNPJ para envio de informações via sistemas e-CAC (envio DIRF) e EFD-Reinf (sistema da Caixa Econômica Federal - CEF).

Assim, pelos motivos expostos sabemos que o Tribunal já possui e precisa manter, por meio de nova aquisição em 2022, os quatro tipos de certificados já citados no enunciado deste estudo, a saber.

- 1 Certificado e-CNPJICP-Brasil do tipo A1 para uso no sistema eSocial e também no módulo do Processo Judicial eletrônico (PJe) denominado JTe.
- 1 Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A3 (token) para uso nos sistemas e-CAC (envio DIRF) e EFD-Reinf (sistema da Caixa Econômica Federal - CEF).
- 1 Certificado internacional multidomínios do tipo WildCard para uso no portal do Tribunal, na Internet.



- 1 Certificado TLS/SSL A1, tipo ICP-Brasil, para possibilitar a conexão entre o PJe e o sistema siscondDJ² do Banco do Brasil.

1.3 Quantidade

Conforme justificado, o tribunal precisa adquirir em 2022 quatro certificados digitais com validade mínima de um ano:

- A. Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A1 para uso no sistema eSocial e também no módulo do Processo Judicial eletrônico (PJe) denominado JTe.
- B. Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A3 (token) para uso nos sistemas e-CAC (envio DIRF) e EFD-Reinf (sistema da Caixa Econômica Federal - CEF).
- C. Um Certificado internacional multidomínios do tipo WildCard para uso no portal do Tribunal, na Internet.
- D. Um Certificado TLS/SSL A1, tipo ICP-Brasil, para possibilitar a conexão entre o PJe e o sistema siscondDJ do Banco do Brasil.

1.4 Forma de prestação dos serviços

Trata-se de serviços de tecnologia da informação e comunicação, onde o certificado, que é um código para computador, é emitido em nome do TRT da 12ª Região e tem validade definida, sendo necessário a troca no final do período.

Após a compra o certificado será emitido pela Autoridade Certificadora Raiz e encaminhado para o TRT12 por meio eletrônico.

Após o recebimento, o Tribunal fica responsável por verificar a autenticidade e colocar em uso nos equipamentos servidores do portal.

1.5 Levantamento das alternativas existentes

² Sistema de controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil que, quando integrado, permite controle e geração de guias via PJe.



Como já dito, o certificado digital funciona como uma identidade eletrônica para pessoas ou empresas. Ele equivale a uma carteira de identidade do mundo virtual. Assim, necessita de três partes confiáveis, o emissor, o autor e a Autoridade Certificadora, ou AC.

Assim, para certificados e-CNPJ do tipo A1, armazenados em arquivos de computador, e do tipo A3, armazenados em token, só existem dentro da Infraestrutura de Chave Pública brasileira (ICP-Brasil), sempre emitidos por Autoridades Certificadoras compatíveis com esse regramento³.

Já para os certificados do tipo SSL/TLS existem três soluções possíveis para implementação, a saber.

- A. Uso de certificados auto-assinados;
- A. Uso de certificado ICP-Brasil;
- B. Uso de certificado internacional.

1.5.1 Cenário 1 para certificados SSL/TLS - Uso de certificado auto-assinado

Como já dito, um certificado digital é um conjunto de chaves criptográficas armazenados em um arquivo digital, eles podem ser gerados em qualquer computador. Todavia, para funcionar, precisam ser assinados, e, no caso de serem gerados de forma “caseira”, a assinatura se dá na mesma máquina que os criou, o que chamamos de certificados auto-assinados.

Esse tipo de técnica é válido para ambientes de desenvolvimento e homologação, quando se deseja aprender a configurar certificados digitais ou até mesmo para gerar canais confiáveis de comunicação dentro de uma rede privada, mas não é indicado para uso em sistemas públicos.

Imagine se cada um pudesse emitir sua carteira de habilitação, podendo alterar qualquer coisa no documento, a foto, o nome, a digital. Usar certificado auto-assinado significa isso, que o próprio autor também é autoridade certificadora,

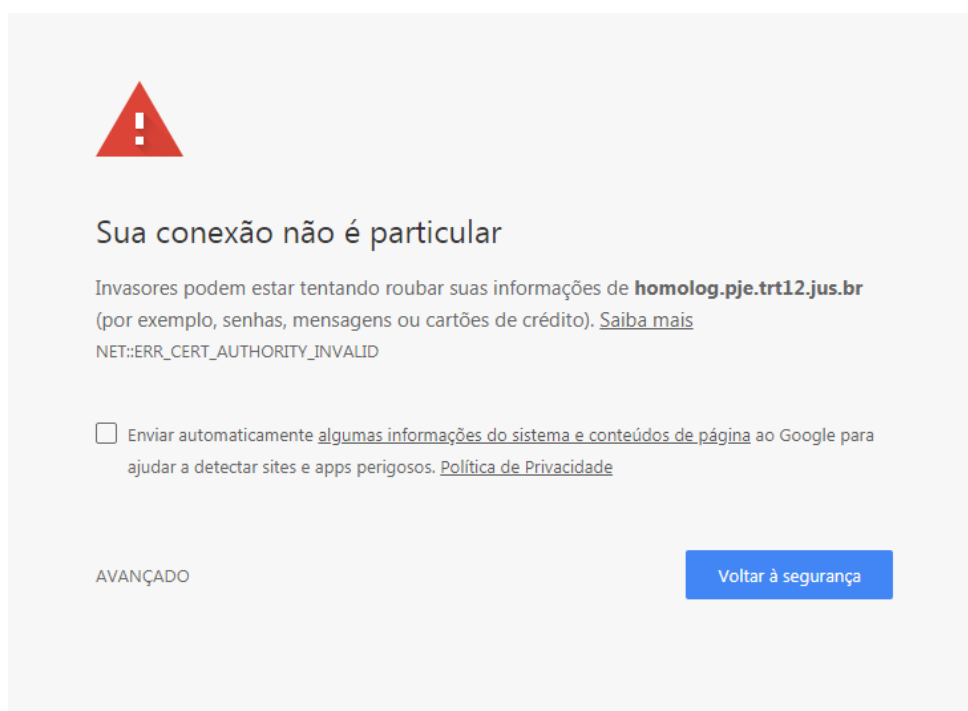
³ A Infra-Estrutura de **Chaves Públicas brasileira (ICP-Brasil)** é instituída pela MP 2.200-2.



e que, como o Tribunal não tem as condições para garantir a segurança da emissão dos seus certificados, pode ser copiada por outrem.

Além disso, o fato do Tribunal emitir os próprios certificados faz aparecer erro de segurança nos sítios Internet, pois os navegadores não conhecem o emissor, conforme ilustrado na Figura 1, abaixo.

Figura 1 - erro de certificado em sítio da web



1.5.2 Cenário 2 para certificados SSL/TLS - Uso de certificado ICP-Brasil

Neste caso, o certificado cumpre todos os requisitos de segurança necessários para ser usado em sistemas públicos, e, os certificados para conexão com o sisconDJ do Banco do Brasil devem ser ICP-Brasil.

Assim, os certificados objetos desse estudo devem ser ICP-Brasil, a saber:

- Um certificado ssl para um domínio apenas, emitido por autoridade certificadora ICP-Brasil, com criptografia de, no mínimo, 256 bits, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;
- Um certificado digital A1 para Pessoa Jurídica do Tribunal, tipo e-CNPJ, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;



1.6.3 Cenário 3 para certificados SSL/TLS - Uso de certificado Internacional

Da mesma forma que os certificados icp-brasil, essa solução atende os requisitos de segurança para uso no TRT12.

Contudo, o uso dos certificados emitidos por autoridade certificadora Internacional não é aceito pelo sistema sisconDJ nem pode ser do tipo e-CNPJ, que é um formato de documento válido apenas para o Brasil.

1.6 Justificativa da escolha da solução

Diante do exposto, como o uso de certificado auto-assinado (cenário 1), em que o TRT12 assume o papel de autoridade certificadora, fora da infraestrutura de chave pública internacional e brasileira, não é aceitável, pois traz insegurança ao uso dos sistemas de TIC.

Considerando que o certificado ICP-Brasil (cenário 2) é obrigatório para aquisição dos e-CNPJ, tanto em formato A3, token, quanto em formato A1, para computador, e ainda certificado ssl para conexão ao sistema sisconDJ, esta equipe define como soluções recomendadas a aquisição de quatro certificados digitais conforme segue:

- Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A1 para uso no sistema eSocial e também no módulo do Processo Judicial eletrônico (PJe) denominado JTe.
- Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A3 (token) para uso nos sistemas e-CAC (envio DIRF) e EFD-Reinf (sistema da Caixa Econômica Federal - CEF).
- Um certificado internacional multidomínios do tipo WildCard para uso no portal do Tribunal, na Internet.
- Um Certificado TLS/SSL A1, tipo ICP-Brasil, para possibilitar a conexão entre o PJe e o sistema siscondDJ do Banco do Brasil.



1.7 Especificação completa da solução escolhida

Aquisição de quatro certificados digitais, que deverão ser gerados conforme a disponibilidade e conveniência do TRT12, conforme segue.

1.7.1. Certificado 1 - Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A1 e validade mínima de um ano.

1.7.2 Certificado 2 - Um Certificado e-CNPJ ICP-Brasil do tipo A3 (token), com hardware (token) incluído, e validade mínima de um ano.

1.7.3 Certificado 3 - Um certificado internacional multidomínios do tipo WildCard, com validade mínima de um ano.

1.7.4 Certificado 4 - Um Certificado TLS/SSL A1, tipo ICP-Brasil, e validade mínima de um ano.

1.8 Relação entre a demanda prevista e a quantidade adquirida

O Tribunal precisa quatro certificados digitais em 2022 para preservar a segurança no acesso aos seus portais na Internet, incluindo PJe, manter a integração do sistema sisconDJ do Banco do Brasil com o PJe, assegurar o acesso aos sistemas e-CAC e da CEF que exigem e-CNPJ do tipo A3 e, além disso, mais um certificado e-CNPJ, tipo A1 para assinatura de documentos via aplicativo JTe e envio de dados ao sistema e-Social.

1.9 Considerações sobre os preços

Antes de iniciar a apresentação dos orçamentos recebidos é importante registrar que as empresas Qualitycert e ARSC digital não responderam a solicitação.

Além disso, cumpre informar ainda que, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, a pesquisa de preços objetiva estimar



o valor da futura contratação. Os dados coletados farão parte do processo de contratação e terão acesso restrito aos setores envolvidos no procedimento, em conformidade com os arts. 6º; 7º, II, e 26, da Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

1.9.1. Preço 1 - Proposta SECTIGO - doc. 6

Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional	
Validade	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 899,00	R\$ 1.798,00

1.9.2. Preço 2 - Proposta Valid para Certificados e-CNPJ - doc. 7

Certificado	e-CNPJ do tipo A3 (Token)		e-CNPJ do tipo A1 (Arquivo)	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 430,00	R\$ 539,00	R\$ 232,00	-

1.9.3. Preço 3 - Proposta Serasa Experian para Certificados e-CNPJ - doc. 8

Certificado	e-CNPJ do tipo A3 (Token)		e-CNPJ do tipo A1 (Arquivo)	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 286,31	R\$ 318,51	R\$ 168,00	R\$ 262,51

1.9.4. Preço 4 - Preço do certificado SSL/TLS Wildcard no site da Serasa Experian - doc. 10

Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional	
Validade	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 1.351,20	-

1.9.5. Preço 5 - Preço do certificado SSL/TLS no site Ale1 - doc. 11



Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional	
Validade	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 1.260,00	-

1.9.6. Preço 6 - Proposta Certisign - doc. 12

Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional		SSL ICP-Brasil do tipo A1	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 2.199,00	-	R\$ 1.890,00	-
Certificado	e-CNPJ do tipo A3 (Token)		e-CNPJ do tipo A1 (Arquivo)	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 439,90	R\$ 489,90	R\$ 249,90	-

1.9.7. Preço 7 - Proposta HZ Certificadora - doc. 15

Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional		SSL ICP-Brasil do tipo A1	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 634,50	-	R\$ 4.000,00	-
Certificado	e-CNPJ do tipo A3 (Token)		e-CNPJ do tipo A1 (Arquivo)	
Validade	1 ano	2 anos	1 ano	2 anos
Preço	R\$ 395,10	R\$ 432,00	R\$ 198,90	-

1.9.8. Preço 8 - Compra direta do Ministério da Justiça / Coord. Geral de Logística / DF para Wildcard

Certificado	SSL Wildcard A1 Internacional
Validade	1 ano
Preço	R\$ 1.380,00



1.9.9. Preço 9 - Compra direta do Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. do Sul de MG para Certificado digital A3 com token

Certificado	Certificado Digital A3
Validade	1 ano
Preço	R\$ 303,00

1.9.10. Considerações sobre preços

Assim, podemos resumir os preços pesquisados, descartando os orçamentos repetidos, conforme o seguinte quadro:

	Item 1	Item 2		Item 3	Item 4
Empresa	E-CNPJ A1 (1 ano)	E-CNPJ A3 (1 ano)	E-CNPJ A3 (2 anos)	SSL Wildcard A1 Int. (1 ano)	SSL A1 ICP Brasil (1 ano)
Preço 1 - SECTIGO	-	-	-	R\$ 899,00	-
Preço 2 - Valid	R\$ 232,00	R\$ 430,00	R\$ 539,00	-	-
Preço 3 - Serasa Experian	R\$ 168,00	R\$ 286,31	R\$ 318,51	-	-
Preço 4 - Serasa Experian	-	-	-	R\$ 1.351,20	-
Preço 5 - Ale1	-	-	-	R\$ 1.260,00	-
Preço 6 - Certisign	R\$ 249,90	R\$ 439,90	R\$ 489,90	R\$ 2.199,00	R\$ 1.890,00
Preço 7 - HZ Certificadora	R\$ 198,90	R\$ 395,10	R\$ 432,00	R\$ 634,50	R\$ 4.000,00
Preço 8 - Ministério da Justiça	R\$ 1.380,00	-	-	-	-
Preço 9 - Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. do Sul de MG	-	R\$ 303,00	-	-	-

Conforme apresentado, a empresa Serasa Experian, CNPJ: 62.173.620/0001-80 tem o menor valor dentre as autoridades certificadoras pesquisadas para fornecimento dos certificados e-CNPJ do tipo A1 e A3, contudo, a empresa não se enquadra como ME/EPP.



Neste sentido, ressalta-se que o valor da compra é inferior a R\$ 80.000,00, o que implica exclusividade de participação de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP no processo, obrigando a equipe a descartar esse concorrente.

Contudo, logo na sequência, temos a empresa HZ Certificado Digital, CNPJ: 37.279.285/0001-80, que é ME e também apresentou orçamento dentro dos valores praticados pelo mercado para os certificados e-CNPJ A1 e A3, sendo o segundo menor valor recebido via proposta, sendo maior somente que o valor obtido na compra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de MG.

Destaca-se ainda que a HZ teve a menor cotação para certificado SSL Wildcard dentre as empresas pesquisadas.

Outro ponto importante da pesquisa é que apenas duas empresas informaram valores para o certificado SSL/TLS do tipo ICP-Brasil, que será utilizado para atender ao sistema sisconDJ do Banco do Brasil, e apenas uma, novamente a HZ, enquadra-se no porte obrigatório, contudo, a equipe recomenda afastar a exclusividade de compra para comprar o certificado SSL/TLS ICP-Brasil por menos da metade do custo do valor apresentado pela empresa Certisign, que ofertou R\$ 1.890,00 pelo produto contra R\$ 4.000,00 proposto pela HZ. Isso porque esse sobrepreço praticado pela única ME claramente não se mostra vantajoso para a Administração, no entendimento desta equipe de planejamento, o que justifica o afastamento da exclusividade de contratação de ME/EPP no caso deste item por previsão do art. 49, III da LC nº 123/2006.

Assim, pelos motivos expostos recomenda-se a compra dos certificados digitais e-CNPJ A1 (Arquivo), e-CNPJ A3 (token) e SSL Wildcard da empresa HZ Certificado Digital, CNPJ: 37.279.285/0001-80, recomendando ainda que o certificado e-CNPJ do tipo A3, token, seja adquirido para período de 2 anos porque menos de $\frac{1}{3}$ do valor do certificado garante o dobro do período de vigência e também porque tem sentido o seu uso até o final da administração atual, em dezembro de 2023.

Por fim, orienta-se a aquisição de Certificado SSL/TLS ICP-Brasil com a empresa Certisign, CNPJ: 01.554.285/0001-75, Porte DEMAIS, porque o orçamento apresentado é 47% do valor apresentado pelo orçamento da empresa classificada como ME.



1.10 Avaliação das necessidades de adequação do ambiente para viabilizar a execução contratual.

Item	Descrição	Necessidade de Alteração.
01	Infraestrutura tecnológica	NÃO se aplicam as adequações de ambiente porque a contratação trata de certificados digitais que substituirão outros cujas vigências serão encerradas em 2022.
02	Infraestrutura elétrica	
03	Logística de implantação	
04	Espaço Físico	
05	Mobiliário	
06	Impacto ambiental	
07	Liberação de acesso	

1.11 Modalidade e tipo de licitação (justificativa)

Compra direta por menor preço, respeitando a regra de aquisição de empresas do tipo ME/EPP para valor de compras inferiores a R\$ 80.000,00 para os itens 1, 2 e 3, e optando pelo afastamento da exclusividade em relação ao item 4 devido à exceção prevista no inciso III do art. 49 da LC nº 123/2006.

A contratação por dispensa de licitação tem fundamento no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, e se justifica pelo fato do seu valor total, estimado em R\$ 3.155,40, ser inferior ao limite de R\$ 17.600,00 estabelecido nesse dispositivo legal conforme atualização promovida pelo Decreto nº 9412/2018.

1.12 Estratégia de continuidade contratual

Ao final das validades dos novos certificados, o TRT12 deverá encontrar solução para substituir os atuais ou implantar soluções de TIC que não dependam dessa tecnologia.

1.12.1 Ações de contingência e seus respectivos responsáveis:



a) Ação: Planejar compra tempestiva de novo certificado

Responsável: SETIC/SEINFRA

b) Ação: Garantir orçamento para aquisição de novos certificados:

Responsável: Administração do TRT12

1.13 Ações de transição e encerramento contratual

A equipe da contratação deve manter-se atenta ao vencimento da validade dos certificados para, tempestivamente, pedir os recursos orçamentários e elaborar o processo de aquisição.

1.14. Equipe de gestão da contratação

Será definida pela Direção da área Demandante, SETIC, SECAD e SEOF.

1.15 Riscos

Risco 1:

Parada de funcionamento de sistemas de TIC, especialmente o PJe, por motivo de vencimento do certificado TLS/SSL dos sítios do TRT12

Risco 2:

Fraude utilizando endereços de sistemas do TRT12 por motivo de utilização de certificado SSL auto-assinado em sítios externos como o Treinamento do PJe.

Impossibilidade de cumprir prazos para envio de informações contábeis para Receita Federal.

1.16 Disponibilidade orçamentária



A compra dos certificados, objetos deste estudo, está prevista no Plano Anual de Aquisições e Contratações do TRT12, PAC 2021, sob identificador 15254.

Exercício do orçamento: 2021

Verba: Orçamento do TRT da 12ª Região

Natureza da despesa: GND3 (custeio)

Unidade Gestora do Orçamento: SETIC

O total da demanda orçamentária para a contratação é de R\$ 3.155,40, conforme detalhamento a seguir.

Itens	Descrição	Empresa	Preço
Item 1	Certificado A1 E-CNPJ ICP-Brasil (1 ano)	HZ Certificadora	R\$ 198,90
Item 2	Certificado A3 E-CNPJ ICP-Brasil (2 anos)		R\$ 432,00
Item 3	Certificado SSL Wildcard A1 Internacional (1 ano).		R\$ 634,50
Item 4	Certificado SSL A1 ICP Brasil (1 ano)	Certisign	R\$ 1.890,00
Total			R\$ 3.155,40



2. Assinaturas

Florianópolis, 24 de março de 2022.

Equipe de planejamento da contratação:

Integrantes Demandantes

Titular: Anderson Bastos
Cargo: Técnico Judiciário
Ramal: 4125
Email: anderson.bastos@trt12.jus.br

Integrantes Técnicos

Titular: Arthur Fernando Dellagiustina Lago
Cargo: Técnico Judiciário
Ramal: 4280
Email: arthur.lago@trt12.jus.br

Substituto: Paulo de Moraes Rodrigues
Cargo: Técnico Judiciário
Ramal: 4239
Email: paulo.rodrigues@trt12.jus.br

Integrantes Administrativos

Titular: Arildo Disaró Filho
Cargo: Técnico Judiciário
Ramal: 4247
E-mail: arildo.filho@trt12.jus.br

Substituto: Alex Wagner Zolet
Cargo: Analista Judiciário
Ramal: 4091
E-mail: alex.zolet@trt12.jus.br

